



Conselho Nacional de Justiça

Autos: REVISÃO DISCIPLINAR - 0000594-77.2019.2.00.0000
Requerente: JULIO ALEXANDRE FELIX DE FARIA
Requerido: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP

**REVISÃO DISCIPLINAR. APOSENTADORIA
COMPULSÓRIA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
DE SÃO PAULO. JUIZ DE DIREITO. PRELIMINARES
REJEITADAS. BAIXA PRODUTIVIDADE.
DESCUMPRIMENTO DO HORÁRIO REGULAMENTAR
DE PERMANÊNCIA NO FÓRUM. ACESSO A SITES DE
CONTEÚDO RECREATIVO DURANTE O EXPEDIENTE.
MAUS ANTECEDENTES FUNCIONAIS. SANÇÕES
ANTERIORES DE CENSURA E REMOÇÃO
COMPULSÓRIA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE
ÀS EVIDÊNCIAS DOS AUTOS.
INOCORRÊNCIA. PROPORCIONALIDADE DA PENA
APLICADA. REVDIS CONHECIDA E JULGADA
IMPROCEDENTE.**

1. Juiz de Direito sancionado com aposentadoria compulsória pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por violação dos deveres funcionais do art. 35, I, II e VI, da Lei Complementar n.º 35/1979 e do art. 20 do Código de Ética da Magistratura.
2. O Presidente do Tribunal, ainda que tenha atuado na fase apuratória preliminar, na condição de Corregedor local, tem direito a voto quando do julgamento do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos dos arts. 14, §§ 2º e 3º, e 20, § 3º da Resolução CNJ n.º 135/2011. Inexistência de nulidade.
3. Contrariedade à evidência das provas dos autos do PAD não demonstrada, restando incontestável a conclusão a que chegou o TJSP, no sentido da ausência de justificativas para a baixa produtividade do Juiz investigado, para o desatendimento às regras locais de pontualidade e para acessos a sítios eletrônicos de cunho recreativo durante o horário de trabalho.
4. Possibilidade de análise do histórico funcional para balizamento da proporcionalidade da pena de

aposentadoria compulsória, sobretudo em razão da aplicação pretérita das sanções de censura e de remoção compulsória.

5. Revisão Disciplinar conhecida e julgada improcedente.

ACÓRDÃO

O Conselho, por unanimidade, julgou improcedentes os pedidos, nos termos do voto da Relatora. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Mário Goulart Maia. Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber. Plenário, 4 de outubro de 2022. Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Rosa Weber, Luis Felipe Salomão, Vieira de Mello Filho, Mauro Pereira Martins, Salise Sanchotene, Jane Granzoto, Richard Pae Kim, Marcio Luiz Freitas, Giovanni Olsson, Sidney Madruga, João Paulo Schoucair, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, Marcello Terto e Luiz Fernando Bandeira de Mello. Sustentou oralmente pelo Requerente, o Advogado Luís Felipe Bretas Marzagão - OAB/SP 207.169.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **REVISÃO DISCIPLINAR - 0000594-77.2019.2.00.0000**

Requerente: **JULIO ALEXANDRE FELIX DE FARIA**

Requerido: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP**

RELATÓRIO

Trata-se de Revisão Disciplinar formulada por **JÚLIO ALEXANDRE FELIX DE FARIA**, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo (TJSP), com fundamento no art. 83, I, do Regimento Interno deste Conselho, contra a penalidade de aposentadoria compulsória imposta pela Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Processo Administrativo Disciplinar n.º 84.344/2017.

O referido PAD foi instaurado com o fim de apurar notícia de desvio funcional do magistrado supracitado, quando oficiava na 2ª Vara de Família e das Sucessões do Foro Regional de Pinheiros/SP, no período entre novembro de 2015 e março de 2017, em razão das seguintes condutas: **(i)** ínfima produtividade; **(ii)** descumprimento do horário regulamentar de permanência no fórum; e **(iii)** acesso a sites de conteúdo recreativo durante o expediente.

Em decorrência da aposentadoria compulsória aplicada, o requerente formulou a presente Revisão Disciplinar (id. 3538593), a fim de alterar o acórdão exarado pela Corte *a quo*.

Preliminarmente, apontou supostas nulidades havidas no processo, que consistiriam no fato de o Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças ter votado na sessão de julgamento do PAD, pois estaria alegadamente impedido em razão de ter proposto a abertura do PAD quando exercia as funções de Corregedor-Geral. Ainda como preliminar, apontou excesso de prazo para a finalização do feito.

No mérito, afirmou, em síntese, que a conclusão a que chegou o TJSP estaria em contradição com a evidência dos autos (art. 83, I do RICNJ).

Sustentou que no mês da realização da Correição Geral Ordinária (abril de 2017), antes da instauração do PAD, “o magistrado já havia reduzido [a] zero todos os feitos em atraso há mais de cem dias” (id. 3538593, p. 8).

Relatou que, previamente à instauração da apuração disciplinar, ciente do indesejado número de feitos conclusos em seu gabinete, elaborou plano de enfrentamento do acervo, a respeito do qual a Corregedoria local nunca se manifestou sobre o acolhimento ou rejeição (Id. 3538593, p. 12).

Ressaltou que as provas testemunhais colhidas nos autos, ao contrário do afirmado no processo disciplinar, demonstrariam zelo e empenho em relação às funções jurisdicionais (id. 3538593, p. 21). Acrescentou que os depoimentos prestados por advogados na instrução do mencionado procedimento “não trouxeram dados efetivamente concretos sobre prejuízos” que os jurisdicionados teriam sofrido em razão das condutas do magistrado (id. 3538593, p. 21/22).

Justificou seu atraso na prestação jurisdicional em razão da dificuldade de adaptação às peculiaridades dos processos de Direito de Família e Sucessões, pois seu contato prévio com a matéria, quando oficiava em Comarcas do interior, teria ocorrido “de forma mais geral”, diferentemente da demanda da 2ª Vara da Família de Pinheiros/SP, que exigiria necessidade de especialização no tema para solucionar litígios de maior complexidade (id. 3538593, p. 41).

Contestou, ainda, a imputação referente ao acesso a sites de conteúdo recreativo durante o expediente. Narrou que, na instrução do PAD, teria sido superestimado o tempo no qual o magistrado visitou referidos sítios eletrônicos. Aduziu, nesse sentido, que o setor técnico do tribunal paulista admitiu não ter dissociado as horas de acessos efetivos, realizados pelo Juiz, daqueles automáticos, derivados de *spams* e *pop ups*, o que gerou distorção no cálculo final de tempo consignado nos autos do PAD.

Impugnou a utilização de processos administrativos pretéritos como fundamento para penalidade atual, tendo em vista o lapso temporal entre as condutas. Concluiu, por fim, não haver justa causa para instauração do PAD

na origem e ser insuficiente o quadro probatório colhido na instrução para aplicação da penalidade extrema.

Requeru, liminarmente, a suspensão da eficácia do acórdão em revisão e sua reintegração à magistratura. No mérito, pediu sua absolvição ou “que seja modificada a pena, com abrandamento, para censura, conforme proposição do v. voto vencido” (id. 3538593, p. 53).

O pedido liminar foi indeferido, tendo em vista a sua natureza satisfativa (id. 3539751). Regularmente intimada, a Presidência do TJSP prestou informações concernentes às circunstâncias consideradas pela respectiva Corte Especial no julgamento PAD n.º 84.344/2017, assim sintetizadas (id. 3554560): **(i)** morosidade sistemática e injustificável do magistrado; **(ii)** ausência de método de trabalho e de critérios definidos para enfrentamento da carga de serviço na Vara de Pinheiros/SP; **(iii)** existência de estrutura favorável na unidade judicial; **(iv)** falta de assiduidade do magistrado; **(v)** desempenho de atividades particulares e lúdicas durante o expediente; e **(vi)** antecedentes funcionais desfavoráveis.

Não foram requeridas diligências complementares por nenhuma das partes, razão pela qual, respectivamente, o Ministério Público Federal e o autor da presente RevDis foram intimados a apresentar alegações finais (id. 3586660).

O *parquet* opinou pela rejeição das preliminares de nulidade. No mérito, reiterou as condutas especificadas nas informações prestadas pelo Tribunal. Registrou, ainda, as penalidades de censura e remoção compulsória aplicadas ao requerente em processos administrativos disciplinares anteriores.

Apontou que, na data de publicação do edital de Correição Geral Ordinária que viria a ser realizada pelo órgão censor local, o magistrado “registrava cerca de 800 processos conclusos, o que representava 64% do total de feitos sob sua responsabilidade” (id. 3605481, p. 9).

Aduziu que, a despeito da sua baixa produtividade, o ora revisionando insistia em chegar ao fórum por volta das 14 horas, exatamente no momento de início das audiências designadas para o expediente, bem como em acessar sítios eletrônicos não relacionados ao exercício profissional, o que considerou ter contribuído para o quadro de ineficiência na prestação jurisdicional (id 3605481, p. 10).

Refutou, por fim, a tese defensiva de dificuldade de adaptação com a matéria, pois o julgador oficiava no juízo de família havia mais de 2 (dois) anos, sem demonstrar qualquer melhora de produtividade (id. 3605481, p. 11). Por essas razões, o parecer ministerial pugnou pela improcedência do pedido de revisão disciplinar (id. 3605481).

O autor, por sua vez, reiterou as preliminares suscitadas na petição inicial, notadamente as alegações de impedimento do Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças e de excesso de prazo (id. 3612135). No mérito, renovou as alegações constantes da petição inicial.

É o relatório.



Conselho Nacional de Justiça

Autos: REVISÃO DISCIPLINAR - 0000594-77.2019.2.00.0000
Requerente: JULIO ALEXANDRE FELIX DE FARIA
Requerido: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP

VOTO

A Revisão Disciplinar proposta por JÚLIO ALEXANDRE FELIX DE FARIA combate a decisão do e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, por unanimidade, julgou procedente Processo Administrativo Disciplinar n.º 84.344/2017 e, por maioria, aplicou-lhe pena de aposentadoria compulsória.

O acórdão do PAD que ensejou a penalidade restou assim ementado (id. 3625471, p. 108):

Processo Administrativo Disciplinar - Representação contra Magistrado — Atuação que violou os deveres funcionais previstos no artigo 35, incisos I, II e VI, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e os artigos 1º e 20 do Código de Ética da Magistratura Nacional - Procedência da imputação descrita na Portaria nº 75/2018, de 25 de abril de 2018, da Eg. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Reincidência - Magistrado que manteve conduta de descumprimento reiterado de seus deveres, pautando-se com indiferença e desconsideração à D. Corregedoria Geral da Justiça quanto ao horário de trabalho e ao significativo atraso de serviço - Aplicação ao Magistrado das penas de censura e remoção compulsória nos termos dos Processos Administrativos nº 2007/00022059 e nº 2012/00054780 - Reiterada negligência no cumprimento dos deveres do cargo e habitualidade no proceder funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário - Reiteração de conduta a justificar a aplicação de pena disciplinar de aposentadoria compulsória prevista no

artigo 42, inciso V, da LOMAN, e dos artigos 3º, inciso V, e 7º, incisos I e III, da Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça.

1. Do conhecimento

De acordo com o art. 82 do Regimento Interno do CNJ (RICNJ), “poderão ser revistos, de ofício ou mediante provocação de qualquer interessado, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano do pedido de revisão”.

Na hipótese, a propositura da Revisão Disciplinar ocorreu com observância ao prazo decadencial estabelecido, pois o processo administrativo disciplinar foi julgado pela Corte Especial do TJSP no dia 10/10/2018 e o trânsito em julgado ocorreu em 06/11/2018, ao passo que este feito foi protocolado no CNJ em 30/01/2019.

Diante do exposto, **conheço da RevDis** e passo à apreciação do mérito.

2. Das preliminares

2.1 Preliminar de nulidade do PAD por impedimento do Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

O requerente alegou que o referido magistrado, então Presidente do TJSP na data de julgamento do processo disciplinar, não poderia ter lançado voto naquela oportunidade, pois fora a autoridade responsável pela proposta de abertura do mesmo processo, na condição de Corregedor-Geral local.

Nesse contexto, afirmou que o Desembargador se encontraria impedido de atuar no PAD, porquanto teria manifestado previamente sua convicção no sentido de punir o investigado. Acrescentou que o voto proferido pela mencionada autoridade violaria o disposto no art. 153 do Regimento Interno daquela Corte:

Art. 153. O Presidente do Tribunal não terá voto nas sessões a que presidir, salvo:

I - em matéria constitucional;

II - para os casos de desempate, em qualquer matéria;

III - quando for relator nato de feito de qualquer natureza.

Verifica-se, entretanto, que referida norma regimental não se aplica na hipótese, pois os procedimentos disciplinares de natureza administrativa são disciplinados por regramento específico, que prevalece no caso em comento: Resolução CNJ n.º 135/2011.

Referida normativa prevê que o Presidente e o Corregedor terão direito a voto, tanto na deliberação pela instauração do processo disciplinar, cuja apuração prévia constitui, em regra, competência atribuída às Corregedorias (art. 8º, Resolução CNJ 135/2011), quanto no próprio PAD:

Art. 14. Antes da decisão sobre a instauração do processo pelo colegiado respectivo, a autoridade responsável pela acusação concederá ao magistrado prazo de quinze dias para a defesa prévia, contado da data da entrega da cópia do teor da acusação e das provas existentes.

(...)

§ 3º - O Presidente e o Corregedor terão direito a voto.

Art. 20. O julgamento do processo administrativo disciplinar será realizado em sessão pública e serão fundamentadas todas as decisões, inclusive as interlocutórias.

(...)

§ 3º - O Presidente e o Corregedor terão direito a voto.

O mencionado dispositivo demonstra que Presidente dos Tribunais e Corregedor-Geral da Justiça integram o órgão competente para julgamento dos processos administrativos disciplinares e possuem direito a voto, sem que a normativa veicule qualquer hipótese de impedimento do Corregedor.

Ademais, o Plenário do CNJ já se debruçou anteriormente a respeito do dispositivo regimental invocado, oportunidade em que assentou a prevalência da Resolução CNJ 135/2011:

REVISÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MAGISTRADO. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. ART. 35, I E II, DA LOMAN C/C 83, I, RICNJ. **PRELIMINARES REJEITADAS.** PRODUTIVIDADE INSUFICIENTE E RECALCITRÂNCIA EM ATENDER ÀS DETERMINAÇÕES DA CORREGEDORIA. PROVAS PRODUZIDAS E NÃO REFUTADAS.

PROPORCIONALIDADE DA PENA. REVDIS
CONHECIDA E SE NEGA PROCEDÊNCIA.

(...)

3. Norma regimental não se aplica em face da especialidade da norma do art. 20, da Resolução 135, CNJ, que prevê que o Presidente e o Corregedor do Tribunal são membros natos do Órgão Especial de julgamento de magistrado, com direito a voto. Preliminar afastada;

(...)

(RevDis – Processo de Revisão Disciplinar 0004715-85.2018.2.00.0000 - Rel. Arnaldo Hossepian – 300ª Sessão Ordinária – j. 17/08/2020 – grifo nosso).

Preliminar rejeitada.

2.2 Preliminar de Nulidade do PAD por excesso de prazo para julgamento – art. 14, § 9º da Resolução CNJ n.º 135/2011

O requerente sustentou que o processo disciplinar foi instaurado na origem em 21/02/2018, com prorrogações sucessivas, sem motivação válida ou lavratura de acórdão e com finalização após 231 (duzentos e trinta e um) dias da abertura, o que excederia, portanto, o prazo regulamentar de 140 (cento e quarenta) dias fixado no art. 14, § 9º da Resolução CNJ n.º 135/2011.

Vale destacar que o prazo para conclusão do PAD, nos termos do dispositivo invocado pelo autor, é **prorrogável**, de modo que eventual manifestação de invalidade exige a demonstração de prejuízo concreto, o qual não foi demonstrado na hipótese e não se presume pelo mero transcurso de prazo. É o entendimento consagrado na Súmula n.º 592 do Superior Tribunal de Justiça:

O excesso de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

Há, ademais, certidões nos autos que comprovam pedidos do relator para prorrogação de prazo para conclusão do PAD (id. 3538607, p. 149/150), o que afasta qualquer alegação de irregularidade.

Rejeitada, igualmente, a presente a preliminar de nulidade.

3. Do mérito

O autor reputou a decisão da origem contrária à evidência dos autos, nos termos do inciso I do citado dispositivo regimental.

Os fatos objeto de apuração foram delimitados na Portaria n.º 75/2018 (id. 3625467, p. 118/128). As imputações apontadas pelo Corregedor local, endossadas pela respectiva Corte Especial no julgamento que determinou a abertura do PAD (id. 3625467, p. 78/79), foram assim sistematizadas:

EXPEDIENTE SEMA N° 2017/00084344 INSTAURADO APÓS CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS. EXPEDIENTE SEMA N° 2016/00197098 (APENSO) INICIADO POR REPRESENTAÇÃO FORMULADA POR JURISDICONADO. MOROSIDADE EXCESSIVA, FALTA DA DILIGÊNCIA ESPERADA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E VIOLAÇÃO DO HORÁRIO MÍNIMO DE PERMANÊNCIA NAS DEPENDÊNCIAS DO FÓRUM. DEFESA PRÉVIA APRESENTADA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR AS IMPUTAÇÕES FORMULADAS. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

1. Magistrado que, na condição de Juiz Titular II da 2ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional de Pinheiros, não exerceu suas funções com diligência, em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF), causando prejuízo as partes e a boa imagem do Poder Judiciário.
2. Retenção pelo Magistrado, na conclusão, de aproximadamente 64% (sessenta e quatro por cento) da totalidade dos processos sob sua responsabilidade na unidade (800 de 1.250), a maioria deles com minutas elaboradas há vários meses por servidores, aguardando apenas a conferência do Juiz (os mais antigos nessa condição estavam minutados há 09 meses).
3. Forma de atuar do representado, caracterizada pela retenção de autos por vários meses para a conferência de decisões simples, com conseqüente comprometimento do fluxo de atividades da unidade, necessidade de refazimento dos trabalhos e incremento do número de atos processuais, além de crescente descontentamento dos servidores e reiteradas reclamações dirigidas i. Ouvidoria deste Tribunal.
4. Enfrentamento aleatório do acervo, sem observância dos critérios legais de prioridade, quer de antecedência de

data, quer de premência da matéria. Pedidos urgentes que ficaram prejudicados depois de permanecerem sem análise por vários meses em poder do magistrado.

5. Atraso no enfrentamento dos processos destituído de justificativa quer (a) frente a quantidade de trabalho na unidade: [i] cerca de 2.500 processos no total, divididos entre dois juízes; [ii] média de apenas 17,7 sentenças completas por mês e de apenas 11,7 audiências realizadas por mês. Situação gravíssima quando comparada a de outros Juízes desta Corte Bandeirante; quer (b) frente à estrutura material e de pessoal. Magistrado que contava, em seu gabinete, com um assistente, um escrevente de sala e estagiários de nível superior para preparar minutas de decisões e sentenças em acréscimo a setor de minutas existente no ofício.

6. Magistrado que, apesar do acúmulo de processos para decisão, costumava chegar ao fórum entre 14h00 e 15h00, em contrariedade ao regramento administrativo aplicável, e não se privava de dedicar horas seguidas a atividades estranhas ao trabalho, de acesso a *sites* de notícias esportivas, viagens, vídeos, mídias sociais e entretenimento, a partir de seu terminal de computador nas dependências do fórum, em grande parte durante o horário de expediente.

7. Antecedentes funcionais de natureza assemelhada que resultaram em imposição de penalidades de censura e remoção compulsória.

8. Situação dos três processos judiciais mencionados na representação objeto dos autos apensados (SEMA nº 2016/00197098) que confirma as características da conduta do Magistrado: falta de diligência, andamento truncado de processos e morosidade na análise de pedidos urgentes.

9. Violação, em tese, dos deveres funcionais previstos no artigo 35, I, II e VI, da Lei Complementar nº 35/79 (LOMAN), e nos artigos e 20 do Código de Ética da Magistratura (Resolução CNJ nº 60/08).

10. Proposta de rejeição da defesa prévia e instauração de processo administrativa disciplinar.

Estabelecidos os contornos fáticos e probatórios submetidos à apreciação da Corte Especial do TJSP, passo à análise individualizada das alegações de mérito formuladas pelo autor.

3.1 Alegada redução substancial do acervo até a realização de correição ordinária na Vara e sua regularização total antes da instauração do PAD

Como dito, o PAD foi instaurado na origem em decorrência da baixa produtividade apresentada pelo revisionando entre novembro de 2015 a março de 2017, quando oficiava na 2ª Vara de Família e das Sucessões do Foro Regional de Pinheiros/SP.

A tabela de produtividade abaixo demonstra a produtividade do revisionando, conforme dados constantes do id. 3625466 (p. 155):

Mês	Conclusos há mais de 100 dias	Sentenças completas	Audiências realizadas
Nov/2015	23	1	16
Dez/2015	59	5	8
Jan/2016	106	13	2
Fev/2016	102	12	16
Mar/2016	127	8	10
Abr/2016	143	13	16
Mai/2016	157	18	19
Jun/2016	189	04	10
Jul/2016	221	05	06
Ago/2016	235	12	09
Set/2016	225	06	15
Out/2016	226	09	11
Nov/2016	190	41	07
Jan/2017	189	16	03
Fev/2017	218	36	16
Mar/2017	102	82	17
Média	-	17,7	11,70

No período de análise, nota-se que os processos conclusos, em mora há mais de 100 (cem) dias, aumentaram ininterruptamente (coluna da esquerda),

enquanto a produtividade do julgador, no mesmo intervalo temporal, permaneceu inexpressiva e errática (coluna do meio). Apenas no mês de março de 2017 houve melhora episódica de eficiência, não replicada em nenhum dos outros meses avaliados.

Pelos dados apresentados, verifica-se que, mesmo diante da evolução do tamanho do acervo, o revisionando foi incapaz de compatibilizar sua produtividade mensal com o número de processos em atraso conclusos na Vara, apresentando a média mensal de 17,7 sentenças completas no período analisado de 1 (um) ano de 3 (três) meses.

A propósito, o mês de maior produtividade do revisionando (março de 2017) coincide com a publicação do edital de correição na sua unidade, marcada para o dia 04/04/2017, quando proferira 82 (oitenta e duas) sentenças, o dobro do seu segundo melhor número durante todo período avaliado.

Vale destacar que entre 20/03 e 04/04/2017 – 15 (quinze) dias anteriores à citada correição – o magistrado proferiu 67 (sessenta e sete) sentenças, 138 (cento e trinta e oito) decisões e 449 (quatrocentos e quarenta e nove) despachos, tendo apresentado, assim, a maior produtividade de todo o período em que esteve na Vara de Pinheiros/SP.

É emblemático, conforme ressaltou o Corregedor local quando do interrogatório do investigado, que tamanho aumento de produtividade tenha ocorrido apenas alguns dias antes do início do mencionado ato correicional. Ainda assim, o relatório de correição produzido pelo órgão censor na origem detectou graves problemas naquele Juízo, tais como falta de metodologia de trabalho, enfrentamento aleatório do acervo e represamento de processos na conclusão.

Tais falhas provocaram o acúmulo de 64% (sessenta e quatro por cento) dos processos da Vara, ou seja, mais de 800 (oitocentos) feitos conclusos, num universo de 1.250 (mil, duzentos e cinquenta), conforme dados constantes do id. 3538606, p. 147.

A constatação de represamento e de insuficiente produtividade é reforçada por depoimentos testemunhais de servidores da Vara, bem como de advogados que sofreram com a morosidade da entrega da prestação jurisdicional (id. 3625470, p. 52/155).

Vale destacar, por oportuno, que o revisionando não pode contar com o argumento de que lhe faltaria estrutura adequada para a entrega da produtividade desejada, haja vista o quadro funcional à sua disposição – equipe com 18 (dezoito) integrantes, dentre servidores públicos e estagiários, de acordo com os dados extraídos da ata de correção geral realizada em 04/04/2017.

Vale destacar que, em nenhuma peça defensiva ou mesmo no pedido de revisão, o magistrado refutou os dados de produtividade juntados aos autos do PAD. Sua tese concentrou-se em argumentos laterais, que sob sua ótica não teriam sido avaliados na origem, como pouca familiaridade com

processos de Direito de Família e o fato de supostamente ter reduzido o acervo antes da correição.

Quanto à última alegação, constata-se, na linha perfilhada pelo TJSP, que o alegado equilíbrio do acervo da Vara representou fato excepcional, a indicar que sua produtividade foi incrementada somente a partir da deflagração do procedimento correicional e da instauração do procedimento disciplinar.

A irregularidade da produtividade entre os diferentes meses foi ressaltada na conclusão a que chegou o Corregedor-Geral, em seu voto favorável à instauração do PAD, quando consignou que o acervo era “enfrentado de forma aleatória, contribuindo para a sua evolução descontrolada”.

O requerente não demonstrou, nesse panorama, que a conclusão do PAD teria contrariado as evidências dos autos.

3.2 Dificuldade de adaptação às peculiaridades dos processos de Direito de Família

O revisionando asseverou que a baixa produtividade decorreria de sua pouca desenvoltura no julgamento de processos referentes ao Direito de Família, o que seria revertido com o passar do tempo naquele Juízo.

Não é o que se depreende das provas dos autos.

Nota-se, conforme dados já consignado no presente *decisum*, que o atraso na entrega da prestação jurisdicional não foi pontual, mas representa um traço de sua passagem na 2ª Vara de Família de Pinheiros/SP.

Ainda que, inicialmente, tenha havido alguma dificuldade com a matéria, cabe ao magistrado buscar o aperfeiçoamento necessário ao exercício das funções, não merecendo acolhida tal argumento para justificar o baixo desempenho apresentado.

Todavia, mesmo que, hipoteticamente, a dificuldade com a temática fosse tolerada em alguma medida para flexibilizar o desempenho aquém do devido, vale ressaltar que nem mesmo atos simples ou urgentes eram despachados com a celeridade necessária. Como ficou evidente em seu interrogatório, o revisionando negligenciava pedidos de revogação de prisão ou de fixação de alimentos em favor de crianças e adolescentes, por exemplo.

Conclui-se, assim, não ter sido demonstrada qualquer iniciativa para efetiva solução dos problemas detectados pela Corregedoria local.

3.3 Ausência de pontualidade

No PAD, apurou-se que o magistrado descumpria reiteradamente o horário regulamentar de permanência mínima no fórum, entre 13h e 18h, definido por decisão do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo (TJSP - Ofício G - 560/06 – Circular/Dima).

Apesar do horário predefinido e compulsório a todos os Juízes daquela Corte, o revisionando insistia em chegar ao gabinete diariamente entre 14h e 15h, como atestaram as provas testemunhais e restou incontroverso nos autos, até mesmo em razão da confissão do autor.

Em sua defesa, sustentou que o órgão julgador do PAD desconsiderou as horas de serviço realizadas após as 18h no próprio fórum, bem como em sua residência, nas manhãs, feriados e finais de semana.

Assim como em tópicos anteriores, o autor não infirma a conduta imputada ou as provas carreadas ao feito na origem, apenas apresenta justificativas que, na sua visão, deveriam ter influenciado a decisão final proferida no PAD.

Entretanto, a mensagem de *e-mail* enviada a toda a magistratura de São Paulo pela Corregedoria local, em 03/10/2016, revela determinação expressa a respeito do horário de permanência no local de trabalho (id. 3538606, p. 156/157):

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA aos Juízes do Estado que **não há regulamentação e tampouco autorização para o teletrabalho ou *home office* de Magistrados**; COMUNICA também que, em conformidade com a r. decisão do Conselho Superior da Magistratura proferida em 9 de março de 2006 e considerando o disposto no artigo 35 incisos IV e VI da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e artigo 190 inciso II do Código Judiciário (Decreto-lei Complementar nº 03 de 27 de agosto de 1969) **os deveres de assiduidade e pontualidade dos magistrados impõem, sob pena de responsabilidade funcional, o comparecimento diário das 13:00 às 18:00 horas**; COMUNICA, ainda, que os Magistrados autorizados a residir em comarca deverão permanecer nas dependências do fórum no período mínimo das 13 às 19 horas, em conformidade com o disposto no art. 5º da Resolução nº 642/2014 (grifo nosso).

Verifica-se que, além do incontroverso descumprimento da supratranscrita regra objetiva, o comunicado demonstra que os magistrados estavam expressamente desautorizados de trabalhar em regime de *home office*, em prejuízo da jornada regulamentar e do comparecimento pessoal no fórum, sob pena de responsabilidade funcional, o que foi ignorado pelo revisionando.

Vale ressaltar que a realização de jornada própria de trabalho, apesar de expressamente vedada pelo Tribunal, não resultou em maior produtividade do magistrado, como se observou em tópico anterior, o que fragiliza substancialmente a presente tese.

Não há falar, portanto, em contrariedade entre a conclusão do órgão julgador de origem e as provas dos autos.

3.4 Acessos à internet durante o horário do expediente

O ora revisionando foi também processado por acessar sites recreativos durante o horário de expediente, entre os quais páginas de esportes e de apostas *online*.

Como tese defensiva, alegou que as provas produzidas no PAD seriam inconclusivas, pois o setor de tecnologia da informação do Tribunal, ao produzir o relatório técnico (id. 3538600, p. 37 e seguintes), não teria destacado as janelas de abertura automáticas (*popups*), o que ampliaria indevidamente o número de acessos efetivamente realizados. Aduziu, ainda, que as visitas aos sites recreativos teriam ocorrido em horários de descanso e distração.

Cumprе ressaltar que, na conclusão do relatório apresentado pela Secretaria de Tecnologia da Informação ao TJSP, consignou-se que “restou evidenciado o acesso pelo usuário: juliofaria no primeiro trimestre deste ano (2017) a sites não usuais, categorizados em nossa ferramenta de segurança Web – Force Point, como sites de jogos (*Gambling*) e Conteúdo Adulto (*Adult Material*)” (id. 3538600, p. 48).

A constatação dos mencionados acessos, ainda que supostamente fora do horário de expediente, ganha relevo quando são contextualizadas as circunstâncias em que se encontrava envolvido o magistrado naquele momento – improdutividade contumaz, retenção injustificada de processos urgentes, com excesso de prazo, e reiterada impontualidade de comparecimento ao fórum.

Nesse panorama, não se desonerou o autor de ilidir as conclusões a que chegou a Corte de origem, a partir da análise das provas produzidas naquela instância.

3.5 Utilização de sanções disciplinares pretéritas no julgamento do PAD

O magistrado sustentou que o *decisum* ora em revisão “apoiou-se longamente em duas punições anteriores, ocorridas em outra comarca e após longo intervalo de tempo, mas que não são suficientes para caracterizar manifesta negligência, como se pretendeu”.

Assim, invocou em favor de sua tese trecho de voto vencido na origem quando do julgamento do PAD, que transcrevo (id. 3538593, p. 39):

(...) o lapso temporal transcorrido, entre uma e outra, não pode ser caracterizado como reiteração, sob pena de se estar tipificando condutas diversas, ocorridas em períodos distantes entre si, da mesma forma, uma vez que no caso,

como se observa dos autos, os fatos foram semelhantes, mas não os mesmos. Para que se possa caracterizar a reiteração, necessário se faz que a conduta, a ser reprimida, ocorra em um lapso temporal contínuo, sem qualquer distanciamento entre a outra.

Convém consignar, quanto ao ponto, as informações prestadas pela Presidência do TJSP acerca dos processos pretéritos, nos quais o investigado fora apenado (id. 3625472, p. 30/33):

Enfraquece a argumentação trazida pelo Magistrado Requerente o fato de tão graves infrações disciplinares (com exceção daquela relativa às atividades lúdicas e particulares realizadas durante o expediente) já terem sido a ele advertidas anteriormente, em procedimentos disciplinares contra eles instaurados. Confira-se:

(i) No PAD nº 22.059/2007, julgado em 16.09.2009, aplicou-se a **pena de censura**, por **atraso injustificado na entrega de processos** que lhe foram entregues para decisão ou despacho, nos seguintes termos:

"(...) constatou-se, em 22 de maio de 2007, que o magistrado acusado **mantinha em seu poder processos da última Comarca em que esteve designado (Ourinhos), inclusive dois deles, no porta-malas de seu automóvel, conclusos há mais um ano. O acervo volumoso e em boa parte longo não se limitava aos processos da antiga Vara**, pois no gabinete de trabalho foram encontrados centenas, com referência a outros também na residência do magistrado.

(...) o magistrado **costumeiramente apresentava-se para o trabalho após as 13 horas**, dependendo da hora designada para a primeira audiência do dia.

(...) visando adequar-se às novas imputações, novamente o Dr. Júlio se comprometeu a observar as regras editadas pela Corregedoria Geral de Justiça, seja no que diz respeito ao modo de preenchimento da planilha estatística, seja observando o horário em que deveria iniciar seu dia de trabalho" (g.n.);

(ii) O PAD nº 54.780/20112, julgado em 11.12.2013, aplicou-lhe pena de **remoção compulsória**. Tal procedimento havia sido instaurado em razão "da planilha de março de 2012 registrar **330** processos conclusos para sentença com prazos excedidos e outros **211** conclusos

para despacho também com prazos excedidos. Durante o julgamento concluiu-se que:

"O Dr. Júlio Alexandre **descumpria o citado provimento** que, em 08 de novembro de 2011, assinalara prazo de 120 dias a contar de sua entrada em vigor **para que sentenciasse e despachasse processos remetidos à conclusão até 30 de junho de 2010, e o mesmo tinha, muito tempo depois, 28 feitos nessa situação** (...).

A esses feitos se junta os **313** conclusos para sentença com prazos excedidos e os outros **211** conclusos para despacho que constavam na planilha no mês de março de 2012 (...).

Todavia, considerando as reflexões do i. Magistrado e as ideias para tornar mais ágil seu serviço, acho que **deve ter uma última chance**, com imposição de remoção compulsória" (g.n.).

Pondera o Magistrado apenado que as punições disciplinares que lhe foram anteriormente impostas não poderiam ser sopesadas em seu prejuízo por serem longevas. Contudo, o art. 131 da Lei nº 8.112/90, aplicável à espécie por força do art. 26 da Resolução CNJ nº 135/11, aponta em sentido diametralmente oposto. Confira-se a literalidade daquela norma:

"Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, **se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar**" (grifo).

Ora, dos autos do PAD nº 22.059/2007, depreende-se que a pena de censura foi aplicada ao Requerente em 16.09.2009 (ID nº 3538606 - pag. 113/123). De acordo com o artigo acima transcrito, de fato, seria possível cogitar o cancelamento do registro após transcorridos 5 anos (i.e., em 16.09.2014). **Ocorre que, antes de transcorrido tal lapso, o interessado praticou nova infração disciplinar** (vide Autos PAD nº 54.780/12 - 1D nº 3538600 - Pág. 206/216), tendo o Órgão Especial desta Corte de Justiça lhe imposto nova sanção disciplinar (desta vez, remoção compulsória) em 11.12.2013. De igual forma, se computado novo prazo de 5 anos a partir de então, verificar-se-á que, na data do v. acórdão impugnado (10.10.2018), tal interregno ainda não havia se encerrado. Consequentemente, não há que se falar em cancelamento dos registros.

Bem por isso, entendeu-se haver "manifesta negligência" e reiterado descumprimento de deveres por parte daquele Juiz de Direito, nos seguintes termos:

"Evidente, pois, a conduta (reiterada) de descumprimento de seus deveres, agindo com indiferença e desconsideração à D. Corregedoria Geral da Justiça e ao Colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, **nada obstante as recomendações da Corregedoria Geral da Justiça quanto ao horário de trabalho e ao significativo atraso de serviço, bem como, considerando-se as anteriores punições disciplinares aplicadas** por este Colendo Órgão Especial ao Magistrado quando atuava na 2ª Vara Cível de Tatuí.

Nesse contexto, salta aos olhos **o comportamento irregular e sistemático do Magistrado ao manter condutas reiteradas de descumprimento aos deveres funcionais** relatados, em desprestígio do Judiciário, que se sujeita à punição quando decorrente de desídia do magistrado" (g.n.).

Tal conclusão foi acatada pela quase unanimidade dos membros do Colendo Órgão Especial do TJSP, que, ao final, inferiram que a pena de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais correspondia à sanção mais adequada e proporcional à luz das circunstâncias do caso concreto, conforme o seguinte excerto do voto condutor:

"Conforme estipulado no artigo 56 da Lei Complementar nº 35/1979, o magistrado que agir de forma manifestadamente negligente no cumprimento dos deveres do cargo; proceder de forma incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções; ou possuir escassa ou insuficiente capacidade de trabalho, ou cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário, terá como penalidade a aposentadoria compulsória com recebimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Desse modo, a conduta comprovada do Magistrado, de manifesta negligência no cumprimento dos deveres do cargo e habitualidade no proceder funcional incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário, se mostra reiterada à par de anteriores punições relativas à prática de condutas idênticas às ora imputadas, ensejando, em consequência, a inflicção de pena de maior gradação, uma vez que as penalidades que lhe

foram aplicadas (censura e remoção compulsória) não surtiram os efeitos desejados, o que justifica a aplicação da sanção administrativa de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, diante da recalcitrância do requerido (...)

Ante o exposto, pelo meu voto, julgo procedente a imputação descrita na Portaria nº 75/2018, de 25 de abril de 2018, da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para aplicar ao juiz. Júlio Alexandre Félix de Faria a pena disciplinar de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, nos termos suso alinhavados". (grifos do original)

Não se sustenta, portanto, a tese do autor, pois as penalidades anteriores decorreram de processos administrativos disciplinares com trânsito em julgado e permitiram evidenciar a reiteração da conduta ao longo dos anos. Assim, restaram caracterizados os maus antecedentes funcionais, a permitir a utilização de tais circunstâncias para valorar a proporcionalidade e a individualização da nova sanção.

Em outras palavras, afigura-se perfeitamente razoável o cotejo do histórico funcional do magistrado como fundamento da penalidade aplicada no PAD ora em revisão.

Ademais, conforme consignado no voto condutor do acórdão do PAD julgado pelo TJSP, não havia transcorrido, quando da reiteração das condutas de baixa produtividade e de descumprimento do horário de expediente, o lapso temporal de 5 (cinco) anos para cancelamento da punição anterior, conforme previsão do art. 131 da Lei nº 8.112/90.

Não demonstrada, uma vez mais, nenhuma contrariedade às provas colhidas na origem.

3.6 Proporcionalidade da pena de aposentadoria compulsória

O entendimento jurisprudencial deste Conselho a respeito da natureza jurídica da Revisão Disciplinar é no sentido de que tal classe processual não representa um recurso, mas procedimento autônomo de impugnação, análogo àqueles voltados à discussão da coisa julgada:

REVISÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO. ARQUIVAMENTO DE SINDICÂNCIA. CONCLUSÃO PELA AUSÊNCIA DE INDICATIVOS DE FALTA FUNCIONAL. DECISÃO CORROBORADA PELO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE À EVIDÊNCIA

DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO REVISIONAL.

(...)

5. Na esteira da jurisprudência deste Conselho, não se mostra cabível a utilização da revisão disciplinar como sucedâneo recursal.

6. Revisão disciplinar conhecida, porém, no mérito, julgada IMPROCEDENTE.

(REVDIS - Processo de Revisão Disciplinar 0003954-83.2020.2.00.0000 - Rel. Mário Guerreiro - 336ª Sessão Ordinária - j. 17/08/2021 – grifo nosso).

REVISÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. HIPÓTESE DE CABIMENTO. ARTIGO 83 DO REGIMENTO INTERNO DO CNJ. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE ÀS EVIDÊNCIAS DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADA. QUESTÃO JUDICIALIZADA. IMPROCEDÊNCIA.

(...)

3. A pretensão deduzida é meramente recursal, com o intuito de o CNJ reavaliar o julgamento realizado pelo e. TJRS. No entanto, a jurisprudência deste Conselho é no sentido de não admitir RevDis como sucedâneo recursal.

4. Pedidos julgados improcedentes.

(REVDIS - Processo de Revisão Disciplinar 0002909-44.2020.2.00.0000 - Rel. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues - 82ª Sessão Virtual – j. 19/03/2021 – grifo nosso).

Assim, a classe processual em comento não se presta a revisitar toda a controvérsia apreciada no PAD de origem, mas sim a atuar nos limites cognitivos impostos pelo art. 83 do Regimento Interno do CNJ.

Nesse contexto, o autor desta RevDis não se desincumbiu do ônus processual de desconstituir o acervo probatório adotado pelo TJSP para a condenação, de modo a caracterizar a alegada contrariedade à evidência dos autos (art. 83, I, do RICNJ). A argumentação deduzida limitou-se à mera tentativa de justificar as condutas faltosas que lhes foram imputadas na origem, para formulação de novo juízo de valor a respeito dos mesmos fatos.

Verificou-se, nesse contexto, que a baixa produtividade apresentada pelo magistrado não foi pontual, mas um padrão de atuação no desempenho das funções jurisdicionais.

Em acréscimo, digno de destaque o fato de que as penalidades anteriormente aplicadas foram gradativas – de início censura (sanção leve) e, na sequência, remoção compulsória (média). Ainda assim, não restaram suficientes para gerar efeito pedagógico e modificar o comportamento do apenado, que renovou sua conduta tão logo transferido para a 2ª Vara da Família e das Sucessões de Pinheiros/SP.

A comprovação de faltas funcionais pretéritas, em apurações julgadas menos de 5 (cinco) anos antes da prática das novas condutas, podem e devem ser utilizadas como referencial para dosimetria da pena, na linha seguida pela Corte Especial do Tribunal bandeirante.

A propósito, é nesse mesmo sentido o entendimento jurisprudencial deste Conselho, como se vê da ementa do seguinte julgado, de todo análogo ao presente:

REVISÃO DISCIPLINAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. MAGISTRADO. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. ART. 35, I E II, DA LOMAN C/C 83, I, RICNJ. PRELIMINARES REJEITADAS. PRODUTIVIDADE INSUFICIENTE E RECALCITRÂNCIA EM ATENDER ÀS DETERMINAÇÕES DA CORREGEDORIA. PROVAS PRODUZIDAS E NÃO REFUTADAS. PROPORCIONALIDADE DA PENA. REVDIS CONHECIDA E SE NEGA PROCEDÊNCIA.

(...)

3. Norma regimental não se aplica em face da especialidade da norma do art. 20, da Resolução 135, CNJ, que prevê que o Presidente e o Corregedor do Tribunal são membros natos do Órgão Especial de julgamento de magistrado, com direito a voto. Preliminar afastada;

4. O mero endosso ao voto do relator pelos demais pares não denota, por si só, ausência ou deficiência de fundamentação, menos ainda se o voto condutor e divergente estiverem devidamente fundamentados, como no caso do PAD em revisão. Preliminar afastada.

5. Possibilidade de análise do histórico funcional revisionando, para fundamentar a conclusão do PAD;

6. As provas produzidas nos autos e não refutadas pela defesa demonstram, de forma flagrante e manifesta, a insuficiência de produtividade por parte do revisionando e a recalcitrância em atender às ordens da Corregedoria;

7. A recidiva do reversionando demonstra, de forma incontestável, o problema crônico de produtividade,

que culminou na decisão de aposentá-lo compulsoriamente.

8. Não se pode admitir que o jurisdicionado fique à mercê e sofra com a contínua paralisia na entrega da prestação jurisdicional, razão pela qual é inadequada a conversão da penalidade aplicada em remoção compulsória, pois importaria premiar sua improdutividade e transferir o ônus da sua falta a um novo magistrado.

9. Conduta do revisionando que se considera configuradora de desvio funcional e a penalidade cominada pelo Tribunal que se reputa proporcional.

10. Revisão Disciplinar que se conhece e se julga improcedente.

(RevDis – Processo de Revisão Disciplinar 0004715-85.2018.2.00.0000 - Rel. Arnaldo Hossepian – 300ª Sessão Ordinária – j. 17/08/2020 – grifo nosso).

A penalidade de aposentadoria compulsória aplicada pela Corte Especial do TJSP está, portanto, de acordo com a prova produzida nos autos do Processo Administrativo Disciplinar e atende ao princípio da proporcionalidade – circunstâncias não ilididas nas razões deduzidas pelo autor desta RevDis.

Ante o exposto, conheço da Revisão Disciplinar, mas julgo improcedentes os pedidos nela formulados.

É como voto.

Intimem-se e, após, archive-se.

Conselheira Salise Sanchotene

Relatora